



## ATA Nº 7/2020

Aos dois dias do mês de outubro de 2020, no edifício dos Paços do Município e sala de reuniões da Assembleia Municipal, reuniu-se, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Espinho presidida por Joana Raquel da Silva Devezas e secretariada por Isabel Resende e Guilhermino Pedro de Sousa Pereira, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Requerer e apreciar os esclarecimentos prestados pela Câmara sobre a requalificação das Ruas 19, 24, 33 e sobre todos os abates, já executados e os ainda previstos, de árvores no concelho de Espinho;
2. Recomendar a suspensão imediata de todos os abates de árvores (em curso e futuros) no âmbito de intervenções urbanísticas.

A reunião iniciou-se às 21h30, dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Vice-Presidente António Vicente de Amorim Alves Pinto. Estiveram também presentes os Vereadores Maria de Lurdes Santos Ganicho, Carlos Nuno Lacerda Lopes e Adelino Miguel Lino Moreira Reis.

Foi verificada a presença dos membros Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ricardo Bastos Sousa, Maria Susana Gomes de Castro Valente, João Oliveira Passos, José Maria Pereira de Carvalho e Sá, António Manuel Pinto de Oliveira, Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, António José Nunes Teixeira Lopes, Jorge Eduardo da Nave Pina, João Paulo Sobral do Couto Silva Carapeto, José Adolfo Carvalho Rocha, António José Borges Regedor, Henrique José Pedro Cierco, Jorge Manuel de Oliveira Carvalho, António Manuel de Sousa Andrade e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira

Foi dada nota do pedido de substituição da Presidente da Mesa da Assembleia Municipal por Isabel Resende e dos membros Rosa Martins de Freitas Duarte por Fernanda Maria F. Guedes Bastos, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Margarida Ribeiro e Diogo dos Santos Pedrosa por Floriano Alves.

Verificado o quórum, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em exercício declarou aberta a sessão extraordinária requerida pelo grupo municipal do PS, dando

a palavra ao vogal Teixeira Lopes (PS) que procedeu à leitura do requerimento apresentado após o que foram feitas as seguintes intervenções:

João Carapeto (PS) pediu para a Câmara Municipal esclarecer, nas demais requalificações que estavam para realizar, quantas árvores se previam assassinar, abater e onde.

António Regedor (PMG) disse que aquelas questões surgiam porque a Câmara Municipal não teve o cuidado pedagógico, democrático, de esclarecer os projetos, tendo uma política opaca.

Vice-presidente CME fez notar que, quando se convocava uma assembleia extraordinária, era normal articular o dia com o Presidente da Câmara por forma ao mesmo estar presente para prestar os esclarecimentos. Acrescentou que os membros da Assembleia Municipal tinham a possibilidade de fazerem requerimentos para as questões que entendessem convenientes, nomeadamente as de cariz específico e técnico. Sobre as perguntas do vogal João Carapeto, esclareceu que eram técnicas e específicas, tendo tido a oportunidade, com o tempo decorrido, de já tê-las feito, e se não fosse doutro modo, podia ter colocado a questão ao Presidente da Câmara na última sessão da Assembleia, quando da discussão da informação escrita. Acrescentou que era impossível, naquele momento, ter dados para explicar a pergunta concreta e direta colocada, considerando que era uma pergunta de má-fé que não obteria resposta.

António Regedor (PMG) referiu que não era má-fé e que não podiam pedir à Assembleia Municipal que estivesse de olhos fechados, dado ser um órgão fiscalizador que tinha de saber o que se pretendia fazer no município para poder fiscalizar, sendo que, doutra forma não estava a cumprir a sua obrigação para com os cidadãos. Acrescentou que, na última sessão, tinha colocado questões ao Presidente da Câmara às quais não obteve resposta.

Teixeira Lopes (PS) sobre a questão da má-fé, referiu que em 14 de setembro escreveu um artigo para o Maré Viva, intitulado "A pensar em si e nas eleições autárquicas", não tendo abordado o problema do corte das árvores porque dele só teve conhecimento no dia a seguir, sendo que ninguém fazia ideia, depois da aprovação do orçamento, do que estaria para acontecer. Acrescentou que a Rua 19 era o coração do património cultural de Espinho sob o ponto de vista histórico



artístico, natural, social, económico e também cultural, e que decapitar as árvores da rua 19 era alterar o seu figurino.

Vice-presidente CME esclareceu que apenas o vogal João Carapeto fez uma pergunta direta e que, quando se referiu à má-fé, foi relativamente àquela pergunta, à qual não deu resposta, por ser quantitativa. Disse ainda que o Sr. Vogal devia ter solicitado a informação previamente, por forma à Câmara Municipal obter os dados junto dos respetivos serviços, acrescentando que não tinha sido aquela a questão que a Mesa da Assembleia colocou à Câmara.

Jorge Carvalho (CDU) referiu que o facto de se querer saber a quantidade não tinha a ver com má-fé, acrescentando que a Câmara Municipal não prestava informação à Assembleia Municipal, não respeitando aquele órgão, incluindo os vogais eleitos pelo PSD. Referiu que no orçamento, onde constavam as obras na Rua 19, existiam números e não o que se pretendia fazer concretamente. Disse ainda que o corte das árvores revoltou as pessoas, tendo os trabalhos sido feitos sem anúncio, apresentando-se como justificação que impediam a ciclovía e também que algumas árvores estavam doentes. Referiu que a Assembleia pretendia saber se tentaram ou não salvar aquelas árvores e a razão da Câmara nunca ter apresentado à Assembleia o croqui do que ia ser feito. Perguntou se as árvores presentes nas outras requalificações previstas também seriam cortadas e acrescentou que a relva e os arbustos a colocar não substituíam as árvores existentes.

João Carapeto (PS) disse que o ponto 1 da ordem de trabalhos era claro quanto ao pretendido e que a sua pergunta foi quais as intervenções que iam ser levadas a cabo que implicavam abate de árvores e, em caso afirmativo, quantas. Considerava que má-fé, era, perante um requerimento onde constava exatamente o que se pretendia e do qual a Câmara teve conhecimento atempadamente, não se ter diligenciado junto dos serviços para prestar a informação solicitada. Disse ainda que, com a apresentação do orçamento, a Câmara podia ter explicado as requalificações a efetuar e esclarecer quantas árvores seriam abatidas, explicar que iam requalificar a entrada principal da cidade, marcada por 100 anos de história de ruas retas, lá fazendo uma gincana.

António Andrade (BE) disse que não podia deixar de manifestar o seu repúdio pelo abate das árvores dado que Espinho já era uma cidade tão cinzenta, tão carente de espaços verdes, acrescentando que a Rua 19 era icónica, sendo má a sua

descaracterização. Disse ainda que a falta de informação à Assembleia Municipal era notória, levando a que os vogais ficassem sem resposta quando os munícipes lhes colocavam alguma pergunta.

João Carapeto (PS) disse que considerando a recusa do Vice-presidente da Câmara em prestar informações à Assembleia Municipal e ainda a sua afirmação de que se o pedido tivesse sido feito previamente por escrito, tinha sido possível prestar a informação, requereu a suspensão dos trabalhos por um período de três dias por forma à Câmara Municipal puder municiar-se da documentação necessária e, numa segunda reunião, poder prestar as informações que eram da sua obrigação legal prestar.

João Passos (PSD) disse que o requerimento tinha de ser votado e acrescentou que gostava que se fundamentasse a razão pela qual a reunião devia ser suspensa, uma vez que o requerimento para que a Câmara fornecesse a documentação podia ter sido feito na passada quarta-feira, conforme previsto no regimento. Referiu que, não via necessidade dos vogais estarem ali hoje e terem de voltar na próxima segunda-feira para discutir algo que já podia ter sido requerido e algo que por si só, tanto quanto julgava, não influenciaria a posição de cada vogal, embora admitindo que poderia dar mais informação a algum dos vogais, sendo que aqueles vogais podiam requerer à mesa que oficiasse à Câmara Municipal o fornecimento daquela documentação, podendo, a qualquer momento fazer a sua apreciação política.

João Carapeto (PS) protestou porque estava devidamente fundamentada a suspensão, conforme já referiu, pela recusa do Vice-presidente da Câmara em prestar informações à Assembleia Municipal e ainda a sua afirmação de que se o pedido tivesse sido feito previamente por escrito tinha sido possível prestar a informação. Relativamente à parte final da intervenção do vogal João Passos, esclareceu que os vogais do PS disseram claramente à Câmara o que pretendiam saber.

Jorge Carvalho (CDU) disse que aquele assunto não era uma questão pessoal para cada vogal fazer um requerimento à Câmara, sendo que o PS entendeu que o assunto era demasiado grave para se ficar com informações pessoais e que justificava que a Assembleia Municipal, enquanto órgão coletivo, se pronunciasse sobre o tema, sendo que a Câmara Municipal teve tempo para fazer os dossiês e apresentá-los à Assembleia Municipal se assim o quisesse, dando-se agora tempo suficiente para fazê-lo.



Vice-presidente CM esclareceu que se tivessem feito as perguntas concretas, conforme apresentadas hoje pelo vogal João Carapeto, a informação teria sido apresentada, dizendo ainda que a Mesa solicitou à Câmara a consulta dos projetos, tendo-lhe sido fornecido aquela documentação, sendo que a partir da sua consulta, os vogais conseguiam obter a informação que desejavam e poderiam fazer a sua apreciação política. Fez notar que teve conhecimento que apenas um vogal consultou os projetos. Disse ainda que não estava prevista qualquer intervenção na avenida 24, pelo que não percebia a razão de constar do ponto da ordem de trabalhos. Disse que se a Câmara Municipal tivesse sido ouvida para a preparação da Assembleia, quando da apresentação do requerimento, poderia ter apresentado uma solução diferente e ter eventualmente trazido o projetista. Pediu ainda que fossem remetidas as questões concretas de nível técnico às quais pretendiam resposta, sendo que, sobre as de nível político, estava presente para dar resposta.

João Carapeto (PS) protestou porque o pedido constava no requerimento, acrescentando que se era possível a presença do projetista, então, que viesse na próxima reunião.

Vice-presidente CM esclareceu que os vogais tiveram acesso ao projeto, julgando mesmo que tenha sido disponibilizado pelos Vereadores do PS depois da reunião da Câmara Municipal, fazendo-se agora uma manobra para prolongar a Assembleia para outra reunião, sabendo que podiam consultar o processo e fazer a apreciação e a defesa política que entendessem. Disse que estava disponível para dar as explicações que a assembleia pedisse, explicando politicamente aquilo que era abrangência global dos projetos e porque foram feitos, a planificação existente e o que a Câmara tinha feito, mas não ia explicar traçado do projeto porque não era competência dele. Gostava que a assembleia pudesse decorrer, sendo que os vogais que já viram os projetos, trouxessem as suas ideias porque eram contributos para a discussão, sendo que a Câmara também traria os seus argumentos para a discussão, acrescentando que marcar uma assembleia para dali a 3 dias, com a mesma ordem de trabalhos e modelo, sem perguntas concretas, não era a forma correta de se proceder.

António Regedor (PMG) disse que, pelo facto de ter interesse pessoal, cívico e político e também para poder responder a quem o elegeu, veio à Câmara consultar o projeto da parte superior da rua 19 e ficou surpreendido por saber que também seria feita intervenção na parte poente daquela rua, mas que isso não substituíria a obrigação da Câmara em prestar a melhor e esclarecedora informação à Assembleia Municipal,

acrescentando que não podia fazer perguntas se desconhecia o objeto, sendo que era de todo o interesse não reservarem informação.

Teixeira Lopes (PS) disse que competia à Assembleia Municipal fiscalizar, a qual detinha o poder deliberativo e a qual, sob o ponto de vista da hierarquia da legislação autárquica, era o órgão supremo do município. Referiu que o PS considerava o abate das árvores incorreto, tendo pedido explicações das razões que presidiram aquele abate e como continuavam sem resposta, pediram o atraso daquela reunião, para que, de acordo com as possibilidades da Câmara, voltarem a reunir-se para ouvir as explicações.

Jorge Carvalho (PCP) requereu que fosse fornecida a planta final legível dos projetos e, se possível, que comparecesse o projetista para tirarem dúvidas.

Vice-presidente pediu a palavra para referir que se a Assembleia entendesse terminar os trabalhos e marcar uma nova reunião com uma ordem de trabalhos que contivesse: ponto 1: apresentação dos projetos; ponto 2: discussão e deliberar sobre propostas que conduzam a recomendações no âmbito dessa apreciação, parecia-lhe que sairiam todos a ganhar na discussão, sendo aquela uma manifestação de disponibilidade por parte da Câmara para os esclarecimentos, podendo trazer pessoas informadas para fazerem a apresentação e explicarem as razões pelas quais optaram por aquelas soluções.

João Carapeto (PS) fez notar que, primeiro, o Vice-presidente disse não estar disponível, para depois referir que, se fosse com as regras dele, com os pontos da ordem de trabalho que queria e da maneira que queria, então já era possível.

Após uma breve interrupção dos trabalhos, a Presidente da Mesa em exercício disse que, pesasse embora, a Mesa entender que a Câmara, caso tivesse tido intenção, podia ter trazido já alguma informação para partilhar com a Assembleia Municipal, propôs suspender os trabalhos e solicitar à Câmara que providenciasse pelas explicações, projetos, imagens, informando depois a Assembleia da data disponível para continuação da reunião, com toda a informação que pudesse disponibilizar sobre as intervenções urbanísticas, mantendo-se a mesma ordem de trabalhos, sendo que, depois das explicações e da discussão, caso se entenda fazer alguma alteração, haveria propostas naquele sentido.

Votação: aprovado por unanimidade.



Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi dada por encerrada.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pela Presidente da Mesa da Assembleia em exercício e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício,

---

A Funcionária Municipal,

---